

HABEAS CORPUS Nº 484.488 - RS (2018/0336022-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANDRE NEGRINI NUNES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ENTENDIMENTO FIRMADO PELA TERCEIRA SEÇÃO NO RESP N.º 1.557.461/SC. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA, CONFIRMADA A LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANDRÉ NEGRINI NUNES, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do Agravo em Execução n.º 0284340-53.2018.8.21.7000.

Consta dos autos que o Juízo da Execução, ao realizar a unificação das penas do Paciente, consignou que "*sobrevindo nova condenação por delito cometido no curso da execução, somam-se as penas e, interrompe-se a contagem do prazo para concessão de nova progressão de regime, e o novo marco passa a ser a data do trânsito em julgado da última condenação*" (fl. 45).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução, que restou desprovido, em acórdão assim ementado (fl. 65):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO CRIMINAL. SOMA DAS PENAS. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE DE BENEFÍCIOS. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA NOVA CONDENAÇÃO.

- A medida de alteração da data-base, no âmbito da superveniência de nova condenação na execução penal, é simples decorrência da regra que orienta a unificação de penas, ao determinar a soma das reprimendas com o desprezo do que já foi cumprido. Em sendo

assim, dá-se início a nova contagem dos prazos para a concessão dos benefícios da execução penal, considerando-se o somatório das penas que restam a ser cumpridas, não importando se este novo título executório é relativo a crime anterior ou posterior à execução criminal, e independentemente de alteração do regime prisional. E diante desse novo quadro fático, em que se está diante de nova pena, são duas as principais conseqüências para fins de obtenção de novos benefícios (que não podem ser dissociadas, sob pena de negação do próprio sistema pátrio de execução penal): a) a fração de pena a ser cumprida para a obtenção do benefício passa a incidir sobre o somatório das penas que restam a ser cumpridas (isto é, sobre a soma do que resta a cumprir da pena original com aquela superveniente, desprezado o que já foi cumprido); b) e a contagem do quantum resultante dessa operação anterior dá-se sobre novo termo, a data do trânsito em julgado da última condenação, consoante a consolidada jurisprudência das Cortes Superiores.

- A nova data-base deve corresponder, tal como fixado, à data do trânsito em julgado da nova condenação, qual seja, 02.03.2018. Agravo desprovido."

Neste writ, a Impetrante sustenta, em suma, que "o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar não pode ser desconsiderado, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta grave" (fl. 06).

Requer, em medida liminar e no mérito, a cassação do acórdão impugnado para que se considere como data-base para a obtenção dos benefícios da progressão de regime prisional e do livramento condicional, a data da última prisão ou da última infração disciplinar reconhecida em desfavor do Paciente.

O pedido de liminar foi deferido às fls. 79-83.

O Juízo das Execuções e o Tribunal de origem prestaram informações importantes à instrução do feito, respectivamente, às fls. 89-123 e 174-210.

Às fls. 170-172, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem.

É o relatório. Decido.

Ao negar provimento ao agravo em execução defensivo, o Tribunal de origem consignou que "*sobrevindo condenação ao apenado, a modificação da data-base da execução é medida imprescindível e inerente ao procedimento eleito pelo legislador para a unificação de condenações* (já que este optou pelo sistema de soma

*das penas restantes com desprezo do que já foi cumprido). E atente-se: desprezar o tempo de pena cumprido sem alterar a data-base configura deturpação do sistema pátrio de execução penal, o que acaba dando lugar a diversas ilogicidades". [...]. Nesse sentido, conforme já referido, **a modificação da data-base da execução é medida inerente ao procedimento eleito pelo legislador para a unificação de condenações, ou seja, uma simples decorrência do próprio registro da nova condenação à guia de execução penal**" (fls. 67-71; sem grifos no original).*

Verifico, no entanto, que tal posicionamento destoa daquele adotado pela Terceira Seção desta Corte no julgamento do REsp n.º 1.557.461/SC, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, que fixou entendimento de que *"a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal"*. O julgado foi assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a descon sideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não

constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido." (REsp 1.557.461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 15/03/2018.)

No mesmo sentido:

"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. NOVA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - Firmou-se nesta Corte, nos termos do entendimento do col. Pretório Excelso, orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Este Superior Tribunal de Justiça se posicionava no sentido de que a superveniência de nova condenação, no curso da execução da pena, determinava a unificação das reprimendas e a fixação de nova data-base para a concessão de benefícios, excetuados o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto.

III - A Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018, ao julgar o REsp n. 1.557.461/SC, de relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, e o Habeas Corpus n. 381.248/MG, com Relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

IV - O v. acórdão que modificou o termo a quo para a concessão de novos benefícios em face da unificação de penas, estabelecendo como novo marco a data do trânsito em julgado da última sentença condenatória, está em confronto com a nova orientação jurisprudencial firmada pela Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça e, portanto, configura constrangimento ilegal. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para afastar a fixação da data do trânsito em julgado da última sentença condenatória como novo marco para a obtenção de benefícios, como consequência da unificação das penas, restabelecendo a decisão do Juízo da Execução que adotou para tal finalidade, a data da última prisão." (HC 447.181/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER,

QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FUTUROS. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO DO REEDUCANDO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, DE INDULTO E DE COMUTAÇÃO DA PENA.

1. 'No recente julgamento do Recurso Especial nº 1.557.461/SC e do *Habeas Corpus* nº 381.218/MG, prevaleceu no âmbito da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, sobrevindo o trânsito em julgado de nova condenação no curso da execução penal, por delito praticado antes ou após o início da execução da pena, não há alteração da data-base para a obtenção de eventuais direitos, permanecendo como marco a data da última prisão por inexistir respaldo legal para a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios.' (AgRg no REsp n. 1.676.694/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/3/2018, DJe 27/3/2018) 2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.271.739/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 04/06/2018.)

Ante o exposto, CONCEDO A ORDEM de *habeas corpus* para confirmar a liminar e determinar que a unificação das penas não acarrete alteração do termo inicial para a concessão de benefícios da execução.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora